



Príncipe da Noruega, Haakon Magno, com o Presidente da República, Filipe Nyusi

## PRÍNCIPE DA NORUEGA EM MAPUTO

# Uma visita que acontece em tempo de fechamento democrático

O Príncipe da Noruega, Haakon Magno, chega a Moçambique na terça-feira, 11 de Fevereiro, para uma visita de dois dias, em resposta ao convite formulado pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, aquando da sua visita ao Reino da Noruega, em Novembro de 2018.

Inicialmente, estava previsto que Haakon Magno desembarcasse na quarta-feira no Aeroporto Internacional de Maputo num voo comercial da Kenya Airways, mas teve de cancelar a visita a Nairobi de-

vido à morte de Daniel arap Moi, antigo Estadista queniano.

Na visita a Moçambique, o monarca norueguês será acompanhado por dois membros do Governo: Dag Inge Ulstein, Ministra do Desenvolvimento Internacional; e Linda Hofstad Helleland, Ministra de Desenvolvimento Regional e Digitalização. A comitiva inclui representantes de sectores económico e empresarial interessados em explorar oportunidades de negócios, com destaque para o sector de

hidrocarbonetos.

Aliás, a visita do Príncipe da Noruega acontece numa altura em que Moçambique se prepara para a fase de produção e exportação do gás da Bacia do Rovuma. Estimativas mais optimistas indicam que o Projecto Coral Sul FLNG, liderado pela italiana Eni, deverá iniciar a produção offshore em 2022.

Na verdade, na história do sector de hidrocarbonetos de Moçambique passa obrigatoriamente um capítulo sobre o apoio prestado pela Noruega, país com larga experiência na indústria petrolífera e conhecido como modelo na gestão de receitas. O apoio da Noruega ao sector de hidrocarbonetos iniciou em 1981 e foi decisivo para a estruturação da Empresa Nacional de Moçambique (ENH) e para a criação do Instituto Nacional de Petróleo (INP), órgão regulador.

Além do apoio governamental, a presença norueguesa no sector dos hidrocarbonetos fez-se também através de empresas petrolíferas. Tal é o caso da Statoil, a maior produtora de petróleo e gás da Noruega que teve licenças de prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma. Em 2013, a companhia abandonou as pesquisas no norte de Moçambique por não ter encontrado nem petróleo nem gás, e foi concentrar os seus investimentos em Angola. Mudou de nome e passou a chamar-se Equinor.

Mas a presença norueguesa no negócio do gás vai continuar através da Yara International, uma das três empresas seleccionadas no âmbito do concurso internacional lançado pelo Governo em 2016 para selecção de empresas para a concepção, investimento e desenvolvimento de projectos de geração de energia eléctrica, produção de fertilizantes e/ou de combustíveis líquidos para o consumo doméstico, com base no gás a que Moçambique tem direito nos projectos da Bacia do Rovuma.

A Yara International prevê produzir entre 1.2 e 1.3 milhões de toneladas por ano de fertilizantes (amoníaco e ureia) e gerar entre 30 e 50 MW de energia eléctrica. Os dois projectos vão demandar

uma quantidade de gás natural estimada entre 80 e 90 milhões de pés cúbicos por dia.

Tal como sucede com as outras empresas seleccionadas (Shell Moçambique BV e GL Africa Energy), ainda não se sabe onde exactamente a Yara International vai desenvolver os seus projectos; quanto é que vai investir; quantos empregos irá criar; e a que preço vai comprar o gás. Sabe-se, porém, que numa primeira fase, o gás deverá ser disponibilizado às empresas do downstream a um preço não inferior a 2,5 dólares/GJ. Há informações de que

**... Aliás, a visita do Príncipe da Noruega acontece numa altura em que Moçambique se prepara para a fase de produção e exportação do gás da Bacia do Rovuma. Estimativas mais optimistas indicam que o Projecto Coral Sul FLNG, liderado pela italiana Eni, deverá iniciar a produção offshore em 2022.**

a Yara International ameaça desistir dos projectos e sair do mercado moçambicano devido a altos preços que as empresas internacionais estão dispostas a vender o gás às empresas do downstream. O Plano Director do Gás Natural prevê que o preço do gás da Bacia do Rovuma destinado ao mercado doméstico será determinado através de leilão. O Governo ainda não definiu os termos de leilão, mas é público que os mesmos irão variar em função de cada campo/projecto de produção de gás. Sabe-se ainda que o leilão fixa um preço válido por 20 anos.

Além do preço, a disponibilidade do gás é outra questão que preocupa as empresas seleccionadas, incluindo a Yara International. As três empresas vão demandar um total de 461,8 milhões de pés cúbicos por dia, uma quantidade acima dos 400 milhões de pés cúbicos de gás destinados ao mercado doméstico. Neste momento estão garantidos 100 milhões de pés cúbicos por dia para a primeira fase, sendo que os 300 milhões serão alocados em função da existência de compromissos firmes de compra por parte de empresas de downstream.

Apesar da sua importância estratégica, o gás de Rovuma não parece ser a principal razão da visita do Príncipe da Noruega. A saída da petrolífera norueguesa Statoil em 2013 sugere que os interesses da Noruega no sector do "oil and gas" tendem a funcionar dentro das lógicas do mercado, com pouca influência de corredores políticos.



Fundo de Pensões da Noruega é um dos principais investidores do Credit Suisse

## Bem-vindo Príncipe Haakon Magno ao país das dívidas ocultas

A Noruega faz parte dos chamados Parceiros de Apoio Programáticos, um grupo de países e instituições que financiavam o Orçamento do Estado. Entretanto, o grupo decidiu cortar o Apoio Directo ao Orçamento em 2016, na sequência do escândalo das dívidas ocultas.

O Príncipe da Noruega vem a Maputo numa altura em que a União Europeia admite avaliar o retorno ao Apoio Directo ao Orçamento, a partir de 2021. Ao que tudo indica, a ideia é fazer coincidir o regresso àquela modalidade de apoio no ano em que inicia o novo ciclo de financiamento da União Europeia a Moçambique, que deverá se prolongar até 2027. Naturalmente, a retoma do financiamento ao Orçamento está condicionada aos avanços na transparência, boa gestão de contas públicas e fortalecimento das instituições estatais, conforme explicou o embaixador da União Europeia em Mo-

çambique, Sánchez-Benedito Gaspar, citado pela Lusa.

O Apoio Directo ao Orçamento é um instrumento apropriado de ajuda ao desenvolvimento, pois está em linha com a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento; a Agenda para Acção de Acra; e a Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz. Mas a corrupção e o autoritarismo levaram à suspensão do Apoio Directo ao Orçamento em Moçambique. Enquanto uns advogam que o Apoio Directo ao Orçamento é um assunto do passado e que jamais voltará a ser implementado, há os que puxam pelo retorno desta modalidade como forma de comprar a boa vontade e o diálogo com o Governo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem feito corredores neste sentido, depois de ter sido porta-estandarte do corte financeiro em 2016.



Ainda assim, o entusiasmo dos parceiros de Moçambique para o retorno ao Apoio Directo ao Orçamento parece bastante insignificante devido à falta de progressos no seguimento às recomendações do relatório da Kroll sobre as dívidas ocultas. E um dos pontos centrais tem que ver com a falta de transparência sobre os reais beneficiários dos 500 milhões de dólares que a Kroll constatou que não foram justificados.

Na visita que Filipe Nyusi efectuou à Noruega em Novembro de 2018, era esperado que o assunto das dívidas ocultas dominasse a agenda, mas tudo foi feito para evitar embaraços ao Presidente da República.

Ainda relacionado com as dívidas ocultas, as organizações da sociedade civil moçambicana, através do Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), têm estado a pressionar as autoridades norueguesas, em particular o Fundo de Pensões, para retirar os seus investimentos no Credit Suisse como forma de responsabilizar o banco. Gerido pelo Banco Central da Noruega, o Fundo de Pensões é um dos principais investidores do Credit Suisse, o banco conivente nos

empréstimos ilegais e fraudulentos a Moçambique.

Em várias reuniões com o FMO, em Oslo, o Fundo de Pensões afirmou que tinha um poder limitado para decidir, sendo que o máximo que podia fazer era recomendar o Banco Central a tomar decisões. Porém, parece que questões políticas têm travado o Banco Central da Noruega de responsabilizar o Credit Suisse pelo seu cúmplice envolvimento no escândalo financeiro que empobreceu ainda mais milhões de moçambicanos.

Outra alegação é de que o Fundo de Pensões teria mais força para agir contra o Credit Suisse se o escândalo das dívidas ocultas tivesse uma ligação directa com a violação dos direitos humanos. Para o CDD, as dívidas ocultas têm sim ligação directa com a violação dos direitos humanos, na medida em que o Estado moçambicano ficou impossibilitado de prover serviços básicos e essenciais à população, com destaque para a falta de medicamentos nos hospitais e as precárias condições de atendimento. Muitos doentes não resistiram devido à falta de medicamentos nos hospitais públicos e aos péssimos serviços prestados por profissionais mal pagos.

## Noruega felicita Nyusi pela reeleição faltando poucos dias para a visita do monarca

A visita de Haakon Magno é a primeira de um alto dirigente de Estado a Moçambique desde que Filipe Nyusi tomou posse para o segundo mandato no dia 15 de Janeiro. E para criar um bom ambiente político durante a visita, a Primeira-ministra do Reino da Noruega felicitou Felipe Nyusi pela sua reeleição ao cargo de Presidente da República. Na mensagem enviada no início de Fevereiro, Erna Solberg classifica Moçambique como um importante parceiro da Noruega, cujas relações bilaterais datam desde a luta pela Independência Nacional. “Temos tradições sólidas de cooperação de vários sectores e partilhámos interesses no domínio bilateral e multilateral”, escreveu a Primeira-ministra da Noruega na mensagem enviada duas semanas depois da tomada de posse do Presidente da República.

A felicitação tardia pela vitória pode significar uma mensagem de desconforto do executivo de Oslo pela forma como decorreram as eleições:

Filipe Nyusi foi reeleito numa eleição indiscutivelmente fraudulenta e marcada por graves violações de direitos humanos. Manipulação dos dados do recenseamento eleitoral, com destaque para o registo de 300.000 eleitores fantasmas em Gaza; exclusão de candidatos da oposição e outros suportados por associações cívicas e grupos de cidadãos eleitores; instrumentalização dos órgãos eleitorais e da Polícia para servir os interesses da Frelimo; movimentação de carros blindados e de efectivos fortemente armados para intimidar eleitores no dia da votação; detenções de delegados de candidatura da oposição, sobretudo em Gaza; falta de credenciação de observadores independentes para permitir a viciação dos resultados (mais de 3.000 observadores do CDD, da Comissão Episcopal da Justiça e Paz e da Igreja Católica que não puderam observar o processo eleitoral devido à falta de credenciação); e enchimento de urnas, foram os principais problemas que afectaram a credibilidade e



Presidente moçambicano com a Primeira-ministra da Noruega, Erna Solberg

a justeza das eleições de 15 de Outubro de 2019. As evidências de fraude estavam à vista desarmada e, pela primeira vez na história, os próprios órgãos eleitorais não tiveram a coragem de avaliar o processo como justo, livre e transparente.

A democracia é um princípio universal que foi bastante ferido nas eleições de Outubro de 2019, por isso não se percebe o que é que o executivo de Oslo felicita na carta endereçada a Filipe Nyusi.

Mas a mais grave violação dos direitos humanos durante o processo eleitoral foi o assassinato a tiro de Anastácio Matavele, activista e director executivo do Fórum das Organizações Não-governamentais de Gaza (FONGA). Anastácio Matavele foi assassinado a uma semana do dia da votação por agentes de unidades especiais da Polícia da República de Moçambique, numa altura em que ele coordenava as actividades do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC).

O assassinato foi planificado e coordenado dentro de instituições estatais e executado por agentes da Polícia, o que mostra que se tratou de um crime de Estado. Aliás, passados dois meses e meio após o assassinato, o Comando Geral da Polícia promoveu três dos cinco agentes que mataram Anastácio Matavele, corroborando com a promessa feita antes da execução do hediondo crime.

Apesar de ter vindo ao público afirmar que os despachos de promoção dos três agentes (dois aguardam julgamento na cadeia e um continua foragido) foram revogados, o CDD defende que o Comando geral da Polícia deve apresentar publicamente os tais despachos revogatórios e esclarecer a data exacta em que os mesmos foram exarados. Facto curioso é que o Presidente da República, na qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, nunca apareceu a condenar ou no mínimo a lamentar o assassinato de um activista social por agentes da Polícia. Isso reforça a

convicção do CDD de que o assassinato de Anastácio Matavele é um assunto que deve ser levado aos mecanismos internacionais de defesa de direitos humanos de modo que o Estado Moçambicano seja responsabilizado pelos actos dos seus agentes. Por isso, o CDD está a trabalhar com a Southern Africa Human Rights Defenders Network (SAHRDAN) para consolidar a iniciativa de submissão do “caso Anastácio Matavele” à African Commission on Human and Peoples’ Rights.

Na verdade, o assassinato de Anastácio Matavele não é um caso isolado: o primeiro mandato de Nyusi foi marcado por assassinatos, raptos e torturas de académicos, analistas políticos e de jornalistas. Basta lembrar o assassinato do Professor Catedrático Gilles Cistac em Março de 2015; o rapto e baleamento do Professor Associado Jaime Macuane em Maio de 2016; o rapto e tortura de Ericino de Salema em Março de 2018; e mais recentemente (31 de Dezembro de 2019) a agressão e tentativa de rapto de Matias Guente, jornalista e editor do canal de Moçambique, o semanário independente mais crítico à governação de Filipe Nyusi.

A selecção das vítimas mostra claramente que o objec-

tivo é usar esquadrões de morte para silenciar as vozes discordantes, reprimir o pensamento diferente, e ostracizar quem ousa interpelar criticamente a governação.

É neste ambiente de fechamento do espaço democrático que o Príncipe da Noruega vai encontrar Moçambique. Por isso, há um grande interesse em perceber se esta visita irá para além dos tradicionais banquetes e bonitas fotos de ocasião. Isto é, se por um lado Haakon Magno vai fazer as perguntas certas a Filipe Nyusi em torno da violação dos direitos humanos; da boa governação, incluindo a responsabilização dos grandes chefes da Frelimo pela corrupção do tipo lesa-pátria que afundou o país; e se, por outro, Filipe Nyusi vai colocar as questões certas a Haakon Magno sobre o necessário e urgente desinvestimento do Fundo de Pensões norueguês no Credit Suisse, mas sem antes de ajudar Moçambique a obter compensação do Credit Suisse pelos danos.

Depois da aclamada embaixadora Mette Maste, a Noruega mandou para Maputo S.E. Aud Marit Wiig, respeitada e conceituada diplomata de quem se espera uma actuação catalisadora do respeito pelos princípios universais dos direitos humanos em Moçambique.




## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** João Nhabanga Tinga  
**Autor:** João Nhabanga Tinga

**Equipa Técnica:** João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique  
Telefone: 21 41 83 36

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

## PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



COUNTERPART  
INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

